

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.384 - MG
(2019/0105036-3)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : UNA GESTAO PATRIMONIAL S.A
ADVOGADOS : JOÃO BATISTA PACHECO ANTUNES DE CARVALHO -
MG056759
RODOLFO HENRIQUES DO NAZARENO MIRANDA - MG062601
ANDRÉ LOUREIRO SILVA - MG085431
CHRISTIANNE PACHECO ANTUNES DE CARVALHO - MG071943
CAMILA DONATO SILVEIRA - MG101757
IZABELA DE FARIA MIRANDA - MG133230
TATIANA LUIZA SOARES RIBEIRO - MG142994
ALEXANDRA FARIA GONCALVES - MG170359
PAULO ALFREDO BRAGA - MG184226
JULIA COUTINHO GONCALVES FERREIRA - MG190179
AGRAVADO : WELTON COURA
ADVOGADOS : HELVÉCIO OLIVEIRA COIMBRA - MG048547
CARLOS ROGÉRIO VIEIRA - MG043333

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. MÚTUO. INCIDÊNCIA DE JUROS EXTORSIVOS. PRÁTICA DE AGIOTAGEM RECONHECIDA. NULIDADE DO TÍTULO. DESCABIMENTO. CONSERVAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO NA PARTE VÁLIDA. DECOTE DO EXCESSO. EMBARGOS À MONITÓRIA PARCIALMENTE ACOLHIDOS. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pelo recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "*o reconhecimento da prática de agiotagem não resulta em extinção automática do processo executivo, pois, nesses casos, devem ser declaradas nulas apenas as estipulações usurárias, conservando-se o negócio jurídico estipulado pelas partes, mediante redução dos juros aos limites legais*" (AgRg no REsp 925.907/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe de 04/08/2014).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator